



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 251/XII/4.ª SL

2.junho.2015 – 15h00

Aos 2 dias do mês de junho de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º499/XII/4ª da iniciativa de Vitor Cristiano Roque - “Denúncia sobre a gestão do Curso Profissional de Artes do Espetáculo do Externato Delfim Ferreira” - 15h00

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora:** Gabriela Canavilhas - PS

5. Petição n.º 502/XII/4ª da iniciativa de FENPROF – Federação Nacional de Professores -“Contra a requalificação/mobilidade especial, pelo direito ao emprego e a uma escola pública de qualidade -16h00

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora:** Isilda Aguincha – PSD

6. Petição n.º 487/XII/4ª da iniciativa de Duarte Alvelos Bénard da Costa “Tolerância corretiva para a não utilização do Acordo Ortográfico de 1990 nos exames nacionais”.

- **Discussão e votação do parecer**
- **Deputada Relatora:** Diana Ferreira - PCP

7. Petição n.º 489/XII/4ª da iniciativa de Ricardo Filipe do Souto Teixeira “Em defesa, salvaguarda e reabilitação do Castelo de Monforte de Rio Livre em Chaves”.

- **Discussão e votação do parecer**
- **Deputada Relatora:** Manuela Tender - PSD

8. Petição n.º 515/XII/4ª da iniciativa de Graça da Conceição da Silva Claro “Solicita a sua integração no quadro de professores do Ministério da Educação e Ciência.

- **Apreciação da nota da admissibilidade**
- **Deputado(a) relator(a):** PSD

9. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 116/2009 do Conselho de 18 de dezembro de 2008 relativo à exportação de bens culturais 1 de janeiro de 2011 – 31 de dezembro de 2013 – COM (2015) 144

- **Discussão e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Inês de Medeiros- PS

10. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES AGENDA EUROPEIA DA MIGRAÇÃO - COM (2015)240.

- **Apreciação liminar.**
- **Deputado autor do parecer:** CDS-PP

11. Projeto de Resolução n.º 1480/XII, PS, Recomenda ao Governo a implementação de uma estratégia de reforço da promoção de hábitos culturais entre os jovens

- **Discussão**

12. Projeto de Resolução n.º 1431/XII/4ª, BE, Recuperação urgente da Mata do Buçaco e a sua valorização para o reconhecimento enquanto Património Mundial da Humanidade

- **Discussão**

13. Projeto de Resolução n.º 1485/XII, PCP, Propõe o prolongamento do regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público.

- **Discussão**

14. Projeto de Resolução n.º 1486/XII/4ª, PS, Recomenda ao Governo a intervenção urgente na recuperação e valorização da Mata do Buçaco e seu património arquitetónico, tendo em vista o seu reconhecimento como património mundial da humanidade

- **Discussão**

15. Outros assuntos

16. Data da próxima reunião

9 de junho de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Tendo sido remetido pelo PCP, no dia 1 de junho, às 20h38, um requerimento para audição do Secretário de Estado da Cultura, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre o processo relativo ao concurso de apoio direto às artes, anual e bienal, o Deputado Miguel Tiago (PCP) justificou a urgência da sua discussão.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) pediu igualmente a discussão imediata do requerimento.

Nesta sequência, o Presidente da Comissão questionou se havia acordo de todos os Grupos Parlamentares para se incluir a discussão do requerimento na Ordem do Dia, tendo a Deputada Isilda Aguincha (PSD) referido que o requerimento só tinha sido distribuído aos Deputados na manhã do próximo dia e pedido que a sua discussão fosse agendada para a reunião do dia 9 de junho.

Assim, o Presidente referiu que dado que o requerimento tinha sido entregue com menos de 24 horas de antecedência e não havia acordo de todos os Grupos Parlamentares em relação à



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

inclusão na Ordem do Dia da própria reunião, nos termos do Regulamento da Comissão, seria agendado para a reunião seguinte.

O PS solicitou ainda o adiamento do ponto 13 para a reunião seguinte da Comissão, o que foi aceite.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 250, referente à reunião de 26 de maio de 2015, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Convite da Assembleia Nacional Francesa para conferência no âmbito da EPTA

O Presidente informou que tinha sido recebido um convite da Assembleia Nacional Francesa para a participação de 1 Deputado numa conferência no âmbito da EPTA (European Parliamentary Technology Assessment), agendada para 24 de setembro de 2015 (5.ª feira) naquela Assembleia, em Paris. Nessa sequência, lembrou que nessa data devia estar a decorrer a campanha para as eleições legislativas e sugeriu que o assunto fosse apreciado numa reunião posterior.

3.2. Audição do Sindicato Nacional do Ensino Superior

Indicou depois que conforme tinha sido consensualizado anteriormente, teria lugar na reunião do dia 9 de junho a audição do referido Sindicato, para equacionar temáticas respeitantes ao Estatuto dos Docentes do Ensino Superior e nomeadamente à sua transição para a carreira.

3.3. Pedidos de audiência

O Presidente indicou que a FENPROF tinha solicitado duas audiências, com os fundamentos abaixo referidos, tendo sido consensualizado agendá-las para uma reunião futura da Comissão:

3.3.1. “Expor a situação dos Leitores das Universidades Portuguesas que é, desde sempre, extremamente precária. Acontece que, hoje, depois de anos, por vezes décadas, de trabalho marcado pela precariedade e pela baixa remuneração, estes docentes estão a ser confrontados com uma situação que poderá, muito em breve, levá-los ao desemprego ou a uma ainda maior redução salarial. Tal, a concretizar-se, conforme previsto para breve, será uma grande injustiça para estes docentes que têm dado o melhor de si às Universidades em que exercem a sua atividade profissional”.

3.3.2. “Depois dos atrasos verificados no pagamento dos salários dos docentes e de problemas de elevada complexidade que se colocaram às escolas de ensino artístico especializado, impedindo algumas de funcionarem regularmente, chegam agora notícias que apontam para a tomada de decisões, por parte do Governo, que porão em causa, definitivamente, um conjunto largo de instituições



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

e remeterão para o desemprego um grande número de docentes, no mínimo, 25% dos que atualmente exercem atividade nestas escolas”.

- 3.4.** O Presidente da Comissão deu conta de que a Universidade de Évora tinha solicitado que a Comissão pudesse promover, conjuntamente com aquela, uma exposição no Parlamento, de âmbito cultural, sobre a poetisa Florbela Espanca, intitulada "Os Espancas - Histórias de uma Família Singular", a realizar-se no 1.º trimestre de 2016.

Tendo a matéria sido objeto de debate e dado que a data do evento já corresponderá à próxima Legislatura, o Presidente comprometeu-se a analisar o pedido com o Secretário-geral da Assembleia da República e a informar depois a Comissão em conformidade.

3.5. Relatório da audiência

Questionado se havia propostas de alteração em relação ao relatório da audiência concedida à Federação das Associações Juvenis do Distrito da Guarda, não se registaram intervenções.

- 3.6.** [Projeto de Lei n.º 889/XII/4.ª, Procede à segunda alteração à Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, que aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem](#)

O Presidente da Comissão informou que terminava naquele dia o prazo para receção de contributos em relação à iniciativa e informou que já tinham sido recebidos os das seguintes entidades:

- Comité Olímpico de Portugal
- Autoridade Antidopagem
- Comissão Nacional de Proteção de Dados
- Conselho Superior do Ministério Público
- Comité Paralímpico - indicou que não emitiria pronunciamento
- Governo dos Açores - indicou que nada tinha a opor

Lembrou depois o calendário subsequente do processo legislativo da iniciativa:

- Apresentação de propostas de alteração pelos GPs até 5 de junho (sexta-feira)
- Distribuição do mapa comparativo em 08 de junho (2.ª feira)
- Discussão e votação indiciária na especialidade, pelo GT Desporto, em 9 junho, 11h
- Discussão e votação na especialidade na reunião da Comissão de 09 de junho (15h)
- Votação global no Plenário em 12 de junho (6.ª feira)
- Aprovação da redação final na reunião da Comissão de 16 junho ou 23 junho, consoante a data da receção da informação respetiva

3.7. Exposição do Museu Nacional do Desporto na Assembleia da República

Por último, foi recordado que estava agendada para quinta-feira, 4 de junho, às 14h00, no Átrio Principal do Palácio de S. Bento, a inauguração da referida Exposição.

4. [Petição n.º 499/XII/4.ª](#), da iniciativa de Vitor Cristiano Roque - “Denúncia sobre a gestão do Curso Profissional de Artes do Espetáculo do Externato Delfim Ferreira” - 15h00

A delegação dos peticionários era composta por vários encarregados de educação e alunos, identificados na [página internet da Comissão](#).

Referiram em primeiro lugar que estava tudo mal e indicaram depois vários problemas que se registavam, a saber:

1. O curso era financiado pelo POPH, mas havia muitos elementos que os alunos tinham de pagar;
2. Verificava-se um atraso no pagamento dos transportes e alimentação aos alunos;
3. Uma aluna que se tinha deslocado dos Açores para frequentar o curso não estava a receber o subsídio de alojamento desde o início de 2015;
4. Registavam-se várias dificuldades de manutenção dos alunos na escola, atentos os atrasos nos pagamentos das despesas;
5. A escola não garantia as condições de segurança escolar, tendo sido dado o exemplo duma aluna que tinha feito uma lesão numa perna e não recebera assistência;
6. Os professores eram agressivos e chamavam nomes aos alunos;
7. Os alunos não tinham respostas na escola;
8. Faltava qualidade à atual equipa técnica de psicologia;
9. A gestão do curso e os horários fixados pela anterior direção do curso estavam bem organizados e agora isso não se verifica, acontecendo que por vezes tinham “furos” e manhãs livres;
10. Na semana anterior tinha-se verificado a suspensão indevida de 4 alunos, por tempo indeterminado;
11. Tinham um professor estrangeiro e não havia tradutor;
12. Os alunos do 12.º ano deviam ter Formação em Contexto de Trabalho e uma Prova de Aptidão Profissional;
13. Não havia estabilidade emocional e qualidade do ensino;
14. Havia situações de professores a baterem nos alunos;
15. A psicóloga e a diretora do curso que estavam anteriormente na escola saíram e verificou-se uma deterioração do curso;
16. Registava-se má gestão do curso, falta de documentos exigidos e a existência de documentos indevidos;
17. Face ao ambiente existente, os alunos tinham dificuldade em ir para a escola.

Interveio depois a Deputada Ana Sofia Bettencout (PSD), referindo que o Governo tinha instaurado processos através da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), que estavam prestes a terminar e tinha solicitado propostas de medidas a adotar. Realçou ainda que o Governo tentaria salvaguardar os interesses dos alunos.

A Deputada Gabriela Canavilhas (PS, relatora da Petição) realçou a importância da existência de depoimentos presenciais dos alunos e salientou que a situação extravasava a capacidade do sistema de ensino.

Concordou depois com a realização da inspeção, mas lamentou que aquelas situações demorassem tanto, comprometendo o ano letivo. Por último, pediu a opinião dos peticionários em relação à verificação no local feita em 23 e 24 de abril.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) manifestou solidariedade com os peticionários e lamentou a situação verificada. Referiu depois que era difícil ter uma posição objetiva, face às posições diferentes que se verificavam. Por último, indicou que o Governo tinha solicitado à IGEC



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

que se pronunciasse sobre se o curso poderia continuar no Externato ou não e pedido à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares que indicasse o que se podia fazer.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) questionou o modelo de financiamento do POPH e referiu que o PCP já se tinha manifestado contra essa situação. Referiu depois que o mais relevante era a salvaguarda dos estudos dos alunos e do ano letivo e que aguardavam a resposta do Ministério da Educação e Ciência e continuariam a acompanhar o problema.

O Deputado Luiz Fazenda (BE) saudou a iniciativa da petição e referiu que a situação era chocante. Realçou que o Governo tinha confirmado o problema e indicado que estava à procura de uma resposta alternativa para o ano de 2015-2016.

Referiu depois que havia necessidade de salvaguardar a situação do ano letivo em curso e de assegurar a transferência de todos os alunos para o próximo ano, tendo sugerido aos peticionários que mantivessem uma pressão grande sobre os serviços do Ministérios da educação e Ciência para apresentarem uma alternativa.

Na sequência do debate verificado e das questões colocadas pelos Deputados, os peticionários informaram que a verificação no local feita pelo POPH em 23 e 24 de abril tinha concluído que estava tudo bem e contestaram essa conclusão. Os peticionários questionaram ainda onde estavam os mapas de assiduidade dos alunos que os pais tinham assinado.

Indicaram depois que tinham pedido a intervenção do Ministério para que o curso passasse para outra escola, mas não tinham resposta. Informaram que com a anterior direção do curso, os alunos tinham substituição de professores, mas não “furos”. Mencionaram que tinham pedido a intervenção do gabinete de psicologia, para apoio aos alunos, mas não havia resposta satisfatória e não se registava empatia. A título de exemplo, referiram que perante um ataque de pânico de um aluno, o psicólogo também entrou em pânico.

Por fim, indicaram que exigiam um ensino de qualidade, pediam que o curso fosse ministrado numa escola com condições e que fosse adotada uma solução excecional para a situação.

A gravação áudio da audição encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

5. [Petição n.º 502/XII/4.ª](#), da iniciativa de FENPROF – Federação Nacional de Professores -“Contra a requalificação/mobilidade especial, pelo direito ao emprego e a uma escola pública de qualidade -16h00

O Sr. Presidente apresentou as boas-vindas à delegação de peticionários – Professores Mário Nogueira (Secretário-Geral da FENPROF), João Louceiro, Branca Gaspar, João Cunha Serra e Manuel Nobre, a quem deu a palavra para a exposição dos fundamentos que justificaram a apresentação da Petição.

O Sr. Professor Mário Nogueira começou por fazer um breve historial do regime de requalificação, que teve início na Segurança Social, afirmando que estão a ser retirados trabalhadores para a requalificação em serviços onde são necessários. No caso concreto da Educação, referiu que se trata de um número reduzido - cerca de 12 -, entendendo, no entanto, que configura a intenção política de iniciar o mecanismo nesta área.

Fez referência à necessidade de cumprimento da ata que assinaram com o Governo e, relativamente ao argumento que atribui a necessidade de requalificação à redução do número de alunos, sublinhou que as escolas perderam cerca de 23.000 professores do quadro, nos últimos quatro anos, registando-se, nesse mesmo período, uma redução de apenas 6% de alunos.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Terminou, apelando aos Senhores Deputados que possam tomar medidas no sentido da não aplicação do regime de requalificação/mobilidade aos docentes e que sejam consideradas no âmbito da componente letiva todas as atividades que implicam trabalho direto com alunos.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) afirmou que o PS sempre se opôs ao regime de requalificação, por prever possibilidades de despedimento dos trabalhadores em funções públicas, tendo, inclusive, apresentado um Projeto de Resolução para a *cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho*, que foi rejeitado. Terminou, afirmando que não se conhecem excedentes na área da Educação e que importa avaliar a especificidade da situação dos docentes.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) afirmou que a posição do CDS-PP sobre esta questão não se alterou, por se entender que os docentes são funcionários como quaisquer outros. Questionou ainda os representantes da FENPROF relativamente à situação dos professores a exercer funções nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, nomeadamente no que se refere à passagem de tempo parcial para tempo inteiro e à composição das equipas.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) afirmou que o regime de requalificação não representa uma melhoria do serviço público, mas antes um instrumento de desvalorização da escola pública. Referiu que há necessidades permanentes que são supridas com recurso à ilegalidade e afirmou que o PCP continuará a lutar para que o regime de requalificação não se aplique, por entender que se trata de um regime gravoso para a vida de cada um e para o regime democrático.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que a requalificação não é mais do que um eufemismo que se encontrou para o regime de mobilidade e considerou um absurdo que 12 professores, num universo de 130.000, tenham sido encaminhados para a requalificação.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) lembrou que os professores referidos pela FENPROF, dos Serviços da Segurança Social, não se encontravam vinculados ao Ministério da Educação e Ciência. Dos 12 professores e educadores que estavam na listagem do MEC, que podem ser ainda menos, afirmou que existe, da parte das escolas e do Ministério, a preocupação e procura de compromisso para manter as pessoas em funções e numa situação de estabilidade. Concluiu, considerando que estas situações podem ter a ver com a disponibilidade de mobilidade para outras escolas e afirmou que está a acompanhar o processo.

O Sr. Professor Mário Nogueira lembrou que 139 dos 700 funcionários da Segurança Social que foram integrados no regime de requalificação eram professores e referiu ainda que o Governo reconheceu o problema que decorre da redução dos trabalhadores, recorrendo à contratualização com Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Relativamente à vinculação de professores durante a presente Legislatura, num total de 5200, lembrou que se trata de um processo normal e lamentou que muitos dos que foram recentemente integrados não tenham as mesmas regalias que os demais.

Terminou, reafirmando que a aplicação do regime de requalificação a setores onde não existem excedentários, como é o caso da Educação, não faz sentido e solicitou a intervenção dos Grupos Parlamentares no sentido de o Governo cumprir os compromissos assumidos com a FENPROF e com a FNE.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

6. [Petição n.º 487/XII/4ª](#), da iniciativa de Duarte Alvelos Bénard da Costa “Tolerância corretiva para a não utilização do Acordo Ortográfico de 1990 nos exames nacionais”.

O relatório final da petição foi apresentado pela relatora, Deputada Diana Ferreira (PCP) e depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

7. **Petição n.º 489/XII/4ª**, da iniciativa de **Ricardo Filipe do Souto Teixeira** “Em defesa, salvaguarda e reabilitação do Castelo de Monforte de Rio Livre em Chaves”.

O relatório final da petição foi apresentado pela Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), na ausência da relatora, Deputada Manuela Tender (PSD) e depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

8. **Petição n.º 515/XII/4ª**, da iniciativa de **Graça da Conceição da Silva Claro** “Solicita a sua integração no quadro de professores do Ministério da Educação e Ciência.

Apreciada a nota da admissibilidade, foi a petição admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV. A Coordenadora do PSD informou que indicaria posteriormente o Deputado relator.

9. **RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU** sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 116/2009 do Conselho de 18 de dezembro de 2008 relativo à exportação de bens culturais 1 de janeiro de 2011 – 31 de dezembro de 2013 – **COM (2015) 144**

O parecer foi apresentado pela relatora, Deputada Inês de Medeiros (PS) e depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

10. **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** AGENDA EUROPEIA DA MIGRAÇÃO - **COM (2015)240**.

A Comissão deliberou proceder ao escrutínio da iniciativa, tendo sido designado o Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) como autor do parecer, que deverá ser apreciado na reunião de 23 de junho.

11. **Projeto de Resolução n.º 1480/XII**, **PS**, Recomenda ao Governo a implementação de uma estratégia de reforço da promoção de hábitos culturais entre os jovens

Adiado.

12. **Projeto de Resolução n.º 1431/XII/4ª**, **BE**, Recuperação urgente da Mata do Buçaco e a sua valorização para o reconhecimento enquanto Património Mundial da Humanidade

Adiado.

13. **Projeto de Resolução n.º 1485/XII**, **PCP**, Propõe o prolongamento do regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público.

Adiado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

14. [Projeto de Resolução n.º 1486/XII/4ª](#), PS, Recomenda ao Governo a intervenção urgente na recuperação e valorização da Mata do Buçaco e seu património arquitetónico, tendo em vista o seu reconhecimento como património mundial da humanidade

Adiado.

15. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

16. Data da próxima reunião

9 de junho de 2015

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de junho de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
João Prata
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Adelaide Canastro
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
António Cardoso
Diana Ferreira
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
José Moura Soeiro
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais
Michael Seufert